

Sumário

Dedicatória	5
Prefácio à terceira edição por ROGERIO SCHIETTI.....	13
Prefácio à segunda edição por GILMAR MENDES.....	17
Prólogo à primeira edição	21
Prefácio à primeira edição.....	25
1. Introdução	25
2. Linhas gerais sobre Direito Penal Econômico e o crime de lavagem de dinheiro	29
2.1. Efeitos da delinquência econômica	34
2.2. Criminalidade econômica e o crime organizado	38
3. O delito de lavagem de dinheiro: conceito e características	43
3.1. Conceito de lavagem	45
3.2. Caracterização do delito de lavagem de dinheiro	47
3.2.1. Internacionalização dos atos de lavagem de dinheiro	50
3.2.2. Profissionalização das atividades de lavagem	51
3.2.3. Vocação de permanência.....	52

3.2.4. Complexidade ou variedade dos métodos empregados	53
3.2.5. Volume do fenômeno	53
3.2.6. Conexão entre redes criminais	54
3.3. Técnicas ou fases da lavagem de dinheiro	55
3.3.1. Fase de ocultação ou colocação.....	57
3.3.1.1. Colocação através de entidades financeiras por meio de fracionamento	58
3.3.1.2. Cumplicidade bancária.....	59
3.3.1.3. Emprego abusivo das exceções da obrigação de identificar ou de comunicar.....	60
3.3.1.4. Colocação mediante instituições financeiras não-tradicionais.....	60
3.3.1.5. Mescla ou mistura de fundos lícitos e ilícitos ...	61
3.3.1.6. Contrabando de dinheiro.....	62
3.3.1.7. Aquisição de bens com dinheiro em espécie.....	63
3.3.1.8. Outros mecanismos específicos de ocultação ou colocação – câmbio, bolsa, offshores, moedas virtuais, entre outros	63
3.3.2. Fase de dissimulação, mascaramento ou encobrimento	65
3.3.2.1. A conversão do dinheiro em instrumentos financeiros	66
3.3.2.2. Aquisição de bens materiais com dinheiro e sua posterior troca ou venda.....	66
3.3.2.3. Transferência eletrônica de fundos	67
3.3.3. Fase de integração, reinserção ou reinversão	68
3.3.3.1. Venda de bens imóveis	69
3.3.3.2. Interposição de testas-de-ferro, empresas fantasmas e empréstimos simulados	70
3.3.3.3. Cumplicidade de bancos estrangeiros	71
3.3.3.4. Falsas faturas de importação/exportação.....	72

3.3.3.5. Outros procedimentos específicos de lavagem de dinheiro.....	72
3.4. O bem jurídico tutelado pela norma penal.....	77
3.4.1. Aproximações à teoria do bem jurídico.....	77
3.4.2. O bem jurídico tutelado no crime de lavagem de dinheiro.....	83
3.4.2.1. O bem jurídico prévio.....	84
3.4.2.2. A administração da Justiça.....	86
3.4.2.3. A ordem econômica.....	89
3.4.2.4. Pluriofensividade.....	96
3.4.2.5. Conclusivamente: tomada de posição.....	98
3.5. O momento consumativo: crime instantâneo, de estado ou permanente?.....	101
3.5.1. Lavagem enquanto crime permanente.....	102
3.5.2. Lavagem enquanto crime instantâneo ou “crime de estado”.....	107
3.6. Sujeito ativo: autoria e participação no delito de lavagem de dinheiro.....	111
3.6.1. Autoria.....	111
3.6.2. Autoria mediata.....	116
3.6.3. Coautoria.....	117
3.6.4. Participação.....	119
3.6.4.1. Formas de participação: instigação e cumplicidade.....	121
3.6.4.2. A participação de menor importância.....	123
3.6.4.3. Excurso – Algumas categorias limitadoras da participação criminal.....	123
3.7. Participação criminal do advogado no delito de lavagem..	135
3.8. A autolavagem.....	137
3.8.1. O crime de corrupção e a autolavagem.....	145

4. Análise dos tipos penais	151
4.1. O artigo 1º, <i>caput</i>	151
4.1.1. As condutas típicas: “ocultar” e “dissimular”	152
4.1.2. O objeto material do delito: bens, direitos e valores	153
4.1.3. O objeto da ação do <i>caput</i> do artigo 1º.....	155
4.1.3.1. A ocultação ou dissimulação da “natureza” de bens, direitos ou valores	155
4.1.3.2. A ocultação ou dissimulação da “origem” de bens, direitos ou valores	157
4.1.3.3. A ocultação ou dissimulação da “localização” de bens, direitos ou valores	158
4.1.3.4. A ocultação ou dissimulação da “disposição” de bens, direitos ou valores	158
4.1.3.5. A ocultação ou dissimulação da “movimentação” de bens, direitos ou valores	159
4.1.3.6. A ocultação ou dissimulação da “propriedade” de bens, direitos ou valores	159
4.2. A equiparação do art. 1º, § 1º	160
4.3. A equiparação do art. 1º, § 2º	162
4.4. O elemento subjetivo da lavagem de dinheiro	164
4.4.1. Elemento subjetivo no <i>caput</i> do art. 1º	164
4.4.1.1. A lavagem por dolo eventual no julgamento do Mensalão (Ação Penal nº 470)	166
4.4.1.2. Conclusão: admissão do dolo eventual no delito de lavagem de dinheiro pelo Judiciário brasileiro	170
4.4.2. Elemento subjetivo no § 1º	172
4.4.3. Elemento subjetivo no § 2º	173
4.4.4. O erro de tipo e o crime de lavagem de dinheiro	174
4.4.5. A aplicação da teoria da cegueira deliberada	175
4.4.5.1. O dolo em nossa tradição teórica	176

4.4.5.2. A teoria da cegueira deliberada	180
4.4.5.3. A cegueira deliberada no caso Mensalão (Ação Penal 470)	183
5. Questões problemáticas sobre a lavagem de dinheiro	187
5.1. A causa de aumento de pena do § 4º, art. 1º, da Lei de Lavagem.....	187
5.1.1. Primeira hipótese de aumento: reiteração da lavagem	187
5.1.2. Segunda hipótese de aumento: lavagem por intermédio de organização criminosa	192
5.1.3. Terceira hipótese de aumento: utilização de ativo virtual (lavagem e criptomoedas)	193
5.2. O problema da prova do delito prévio e a autonomia do delito de lavagem	200
5.3. Extensão da criminalização aos sujeitos obrigados e a omissão imprópria	206
5.3.1. A omissão imprópria no Direito Penal	206
5.3.2. Os sujeitos obrigados na Lei de Lavagem e a posição de garante	208
5.4. Lavagem de dinheiro e a mescla de capitais lícitos e ilícitos	212
5.5. Evasão de Divisas e Lavagem de Dinheiro	214
5.6. Sonegação fiscal como infração antecedente à lavagem de dinheiro.....	216
Referências bibliográficas.....	221
Referências de Julgados	237